



EMENTA DO CURSO BÁSICO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EAD COM TUTORIA

1. Nome do curso: Básico de Contratos Administrativos

2. Objetivo Geral:

Capacitar servidores quanto aos aspectos básicos dos contratos administrativos e suas alterações.

3. Carga Horária: 20 horas/aula.

4. Conteúdo Programático:

Competência 1: Identificar os elementos essenciais dos contratos administrativos e conhecer as regras aplicáveis à formalização dos instrumentos;

Competência 2: Apreender aspectos gerais relacionados ao acompanhamento da execução contratual e hipóteses de inexecução contratual;

Competência 3: Distinguir os limites à vigência contratual, as hipóteses de prorrogação e aspectos relevantes relacionados às alterações contratuais;

Competência 4: Distinguir os pressupostos para a concessão de reajuste contratual ou reequilíbrio econômico financeiro e conhecer normas estaduais relacionadas ao controle das contratações.

5. Metodologia De Ensino a Distância: uso da apostila *online*, leitura complementar, vídeos, materiais complementares, fóruns, avaliações de aprendizagem e tutoria.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: exercício de aprendizagem por Competência e fóruns.



6. Bibliografia:

Documentos impressos

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 19.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Direito Administrativo. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRAU, Eros Roberto. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1995.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10.ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008.

Documentos em meio eletrônico

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU [Tribunal de Contas da União]. 4.ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: TCU, Secretaria - Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. 910p. ISBN 978- 85-7018-319-4. Disponível em: < <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A> >. Acesso em: 08 jan. 2018.



GASPARINI, Diógenes. Prazo e prorrogação do contrato de serviço continuado. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo, v.4, p.77 – 105, 1998. ISSN: 2358-1832. Disponível em: <
<https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/653/497>>. Acesso em 08 jan. 2018.

Legislação consultada

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Seção 1, p.1. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 02 jan. 2018.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p.1. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 jan. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei n. 12.525, de 30 de dezembro de 2003. Estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual, altera a Lei nº 11.424, de 7 de janeiro de 1997, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 31 dez. 2003. Seção 1, n. 247, a. LXXX, p.7.

Disponível em: <
http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_200312&pesq=Lei%20n.%2012.525%20de%2030%20de%20dezembro%20de%202003>. Acesso em 02 jan. 2018.



Lei n. 37.271, de 17 de outubro de 2011. Regulamenta os procedimentos relativos à análise de instrumentos administrativos pela Procuradoria Geral do Estado, por intermédio da Procuradoria Consultiva, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 18 out. 2011. Seção 1, n. 199, a. LXXX, p.8. Disponível em: <
<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2011&pesq=37.271> >. Acesso em 02 jan. 2018.

Decreto n. 39.349, de 26 de abril de 2013. Dispõe sobre uso, identificação, aquisição, locação e cadastro dos veículos oficiais do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 27 abr. 2013. Seção 1, n. 77, a. XC, p.8. Disponível em: <
<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2013&pesq=> >. Acesso em 02 jan. 2018.

Decreto n. 42.048, de 17 de agosto de 2015. Disciplina as medidas de controle e centralização de atos nos procedimentos de compras e contratações públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 18 ago. 2015. Seção 1, n. 154, a. XCII, p.3. Disponível em: <
<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2015&pesq=> >. Acesso em 02 jan. 2018.

Decreto n. 43.133, de 09 de junho de 2016. Delega atribuições aos Secretários de Estado, autoridades equiparadas e dirigentes máximos de entidades integrantes da Administração Pública Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 10 jun. 2016. Seção1, n. 107, a. XCIII, p.6. Disponível em: <
<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2016&pesq=> >. Acesso em 02 jan. 2018.



Decreto n. 45.820, de 05 de abril de 2018. Altera o Decreto nº 42.048, de 17 de agosto de 2015, que disciplina as medidas de controle e centralização de atos nos procedimentos de compras

e contratações públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 06 abr. 2018. Seção 1, n. 62, a.

XCV, p.6. Disponível em: <

http://static1.leiaja.com/sites/default/files/anexos/2018/04/06/diario_oficial.pdf >.

Acesso em 04 mai. 2018.

_____. Decreto n. 47.424, de 07 de maio de 2019. Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais

pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 08 mai. 2019. n. 85, a. XCVI, p.3.

Disponível em: < <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=45649&tipo=> >. Acesso em 16 ago. 2019.

_____. Decreto n. 47.774, de 06 de agosto de 2019. Altera o Decreto nº 42.048, de 17 de agosto de 2015, que disciplina as medidas de controle e centralização de atos nos procedimentos de compras e contratações públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 07 ago. 2019. n. 148, a. XCVI, p.3. Disponível em: <

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46715&tipo=> >. Acesso em 16 ago. 2019.

Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco. Portaria n. 1.000, de 16 de abril de 2014. Delega competências às autoridades e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 17 abr. 2014. Seção 1, n. 72, a.

XCI, p.4. Disponível em: <

<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2014&pesq=> >. Acesso em 02 jan.

2018.



Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco. Parecer n. 0525, de 30 de novembro de 2011. Posicionamento da PGE sobre a possibilidade de contratação de serviços contínuos em períodos não coincidentes com o ano civil. Protocolo PGE n. 2011.02.001747. Disponível em: <

http://www2.contratos.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=87ee4506-da35-4a25-8a77-c18c0276e3d5&groupId=66898 >. Acesso em 02 jan. 2018.

Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco. Parecer n. 0098, de 16 de abril de 2014. Posicionamento da PGE sobre reajustes retroativos de contratos administrativos. Ofício circular PGE/GAB n. 002/2012. Disponível em: <

http://www2.contratos.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=937ff026-a5dd4c3e-b353-9caac9690a60&groupId=66898 >. Acesso em 02 jan. 2018.

Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco. Parecer n. 0208, de 27 de março de 2012. Esclarecimentos sobre o Parecer PGE nº 0098/2012. Protocolo PGE n. 2012.02.01050. Disponível em: <

http://www2.contratos.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d5eefa62-cd21-47bb957a-929f64853bdb&groupId=66898 >. Acesso em 02 jan. 2018.